



Revista Brasileira de Linguística Aplicada

ISSN: 1676-0786

rblasecretaria@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Brasil

Santa Rosa Matos, Marcos Paulo

Dois tempos: “antigamente” e “hoje em dia” nos discursos reacionários e conservadores
Revista Brasileira de Linguística Aplicada, vol. 16, núm. 3, julio-septiembre, 2016, pp. 413

-439

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339847438005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Dois tempos: “antigamente” e “hoje em dia” nos discursos reacionários e conservadores

Two times: “past” and “nowadays” in the reactionary and conservative discourses

Marcos Paulo Santa Rosa Matos*

Universidade Federal de Sergipe

Aracaju, Sergipe / Brasil

RESUMO: Analisa-se, a partir do referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso de tradição francesa (AD), o funcionamento das comparações do tipo “antigamente e hoje em dia” nos discursos reacionário-conservadores, isto é, aqueles que estruturam a história a partir da dicotomia entre o tempo de antigamente (passado) e o tempo de hoje (presente), atribuindo a estes valores negativos e aqueles valores positivos. Como *corpus* foram selecionadas três músicas do site Letras.mus.br (<http://letras.mus.br>): *Antigamente* (Mestre Toni Vargas), que descreve o Rio de Janeiro, em uma perspectiva temporal; *Antigamente* (Palavra Cantada), que discorre sobre o tempo de modo mais subjetivista; *Mágoa de boiadeiro* (Sérgio Reis), que problematiza as positivities e negatividades do progresso. A relação entre sujeito, tempo, discurso e realidade é compreendida a partir dos conceitos de só-depois, em Freud (1893-1895; 1917), e tempo lógico, em Lacan (1945).

PALAVRAS-CHAVE: análise do discurso; discurso reacionário-conservador; dêixis temporal.

ABSTRACT: It is analyzed, from the theoretical and methodological reference of the French tradition of Discourse Analysis (DA), the operation of the comparisons of the type “past and nowadays” in the reactionary-conservative discourses, that is, those that structure the story from the dichotomy between the time of old (past) and the time of day (present), attributing to these negative values and positive values to that. As *corpus*, three songs were selected from the Letras.mus.br site (<http://letras.mus.br>): *Antigamente* (Mestre Toni Vargas), that describes the Rio de Janeiro, in a time perspective; *Antigamente* (Palavra Cantada), which discourses the most subjectivist time mode; *Mágoa de boiadeiro* (Sérgio Reis), that discusses the positivity and negativity of progress. The relationship among subject, time, discourse and reality is understood from concepts of “a posteriori”, in Freud (1893-1895; 1917), and “logical time”, in Lacan (1945).

KEYWORDS: discourse analysis; reactionary-conservative discourse; time deixis.

* mp.srmatos@hotmail.com

1 Introdução

Neste trabalho, procura-se analisar os usos discursivos das expressões temporais “antigamente” e “hoje em dia” no âmbito de discursos que se caracterizam ideologicamente por uma postura conservadora e reacionária em relação à sociedade contemporânea. Como objeto empírico, foram selecionadas, a partir do site Letras.mus.br (<http://letras.mus.br>), três canções que apresentassem duas características: i) uso dos dêiticos “antigamente”, “hoje em dia” ou sinônimos; ii) visão pessimista em relação ao presente/futuro ou saudosista no tocante ao passado. Quatorze canções atenderam ao primeiro critério, e, destas, sete atenderam também ao segundo¹: *A lapa hoje em dia* (Trio Irakitan), *Antigamente* (Mestre Toni Vargas), *Antigamente* (Os Bertussi), *Antigamente* (Palavra Cantada), *Antigamente até que era legal, mas hoje em dia perdeu a graça* (2ois), *Hoje em dia* (Radicais Livres) e *Mágoa de boiadeiro* (Sérgio Reis), Foram, então, escolhidas aleatoriamente: *Antigamente* (Mestre Toni Vargas), que descreve o Rio de Janeiro, em uma perspectiva temporal; *Antigamente* (Palavra Cantada), que discorre sobre o tempo de modo mais subjetivista; e *Mágoa de boiadeiro* (Sérgio Reis), que problematiza as positivities e negatividades do progresso.

Antes de se passar à análise, faz-se necessário esclarecer porque o pessimismo e o saudosismo foram tomados como características do emprego das expressões temporais no discurso reacionário-conservador aqui estudado, bem como defini-lo enquanto objeto discursivo, o que será empreendido na próxima seção. Em seguida, procura-se assentar as bases da análise: o cabedal da Análise de Discurso francesa (AD), cujas principais contribuições teóricas para os conceitos de sujeito, discurso e tempo estão sintetizadas no capítulo três; e a Psicanálise freudo-lacaniana, da qual foram recortadas algumas reflexões acerca da relação entre subjetividade e temporalidade, descritas no capítulo quatro. A análise propriamente dita é realizada no capítulo cinco, em que os conceitos da AD e da Psicanálise são mobilizados juntamente com a noção sintática de “aspecto”.

¹ A pesquisa *online* foi realizada no dia 1º de novembro de 2014. Atenderam ao primeiro, mas não ao segundo critério: *Antigamente* (Abadá Capoeira), *Antigamente capoeira pra estrangeiro* (Capoeira Mandinga), *Café* (Luiz Gonzaga e Zé Dantas), *Hoje em dia* (Radicais Livres), *Mulher de hoje em dia* (Alexandre Pires), *Os dias de hoje* (Maurício Baia) e *Severina xique-xique* (Genival Lacerda).

2 O discurso reacionário-conservador

Antonio Prata, em uma crônica denominada “Hoje em dia e no meu tempo” (2011, p. 75) faz uma crítica ao que ele chamou de pessimismo em relação ao presente, expresso através de discursos que empregam os dêiticos “hoje em dia” e “no meu tempo”:

Hoje em dia o pessoal acredita que, hoje em dia, o mundo tá bem pior do que antes. Pode reparar: quando o sujeito puxa um “hoje em dia”, lá vem resmungo: “hoje em dia não dá para confiar em mais ninguém!”; “hoje em dia a juventude não respeita mais absolutamente nada!”; “hoje dia as pessoas se vestem de qualquer jeito!”; “hoje em dia a porção de frango à passarinho é desse tamanhozinho, assim, ó!”

Do outro lado do “hoje em dia” encontra-se, naturalmente, o “no meu tempo”; época áurea da humanidade, o Éden do qual, por alguma razão incerta, fomos expulsos. “No meu tempo cê deixava a porta do carro aberta e ninguém levava”, “no meu tempo a palavra valia alguma coisa”, “no meu tempo o pessoa tinha vergonha na cara”, “no meu tempo o feijão do PF vinha à parte e na cumbuca, não era pocinha aí, do lado do arroz!”.

Essa constatação também foi feita em diversas pesquisas antropológicas, dentre as quais se podem citar Filgueiras (2007) e Zanetti e Menasche (2009), que, estudando pescadores e agricultores, registraram diversos usos populares das comparações do tipo “antigamente e hoje em dia” para descrever suas condições materiais de existência, isto é, suas relações sociais e produtivas. Filgueiras, analisando o modo como essas narrativas representavam o espaço e o tempo, notou que elas

[...] deixavam clara uma visão dicotômica do tempo histórico, que pôde ser percebida pela contraposição recorrente do *tempo de antigamente* ao *tempo de hoje em dia*. Estes dois momentos são distintos, pois marcam períodos onde as condições concretas da reprodução do modo de vida e de trabalho dos pescadores se alteraram significativamente. (2007, p. 34, grifo nosso)

Zanetti e Menasche, por sua vez, debruçando-se sobre discursos acerca da alimentação, observaram que, a despeito das condições difíceis, no que diz respeito à aquisição e ao preparo dos alimentos, no *tempo de antigamente*, e da melhoria das condições de vida e do poder aquisitivo no *tempo de hoje*, a população pesquisada demonstra “[...] uma certa nostalgia e saudades da comida de épocas passadas. [...] além da lembrança da comida em si, está a

saúde e a lembrança de um tempo antigo e, junto com esse tempo, toda uma rede de relações que ficaram no passado.” (2009, p. 11).

Carvalho (2005), por sua vez, em uma reflexão filosófica e histórica sobre o “ser conservador”, relaciona a estruturação dicotômica do tempo ao conservadorismo, que se caracteriza pela

[...] reação à transformação, uma reação bastante peculiar, posto que se caracteriza pela apropriação de elementos novos mas dentro de uma perspectiva anterior. As transformações são formadas por uma dialética de ruptura/continuidade, isto é, o novo se faz no anterior, mas é novo, logo supera aquele que o produziu; os conservadores se mobilizaram e se especializaram na apropriação e/ou evidência da continuidade em detrimento da mudança.

Para ela, o conservadorismo é um movimento surgido na formação ideológica capitalista que lança mão da tradição e da romantização do passado como uma forma de interpelar indivíduos a assumir uma determinada identidade sociocultural, capaz de construir o sentimento de pertencimento a um grupo e manter o *status quo* de uma produção social definida. Assim, o conservador enfrentaria a transformação, isto é a ruptura, com a ordem, ou seja, a continuidade que leva ao progresso:

Não há a negação do movimento constante das sociedades humanas; ao contrário, ele é naturalizado, as sociedades humanas *naturalmente* caminham para o progresso, logo não há necessidade do rompimento da ordem estabelecida, até porque ela assegura completamente o progresso. Mesmo que o homem não queira sempre haverá mudança, ela é inevitável, pois a história é traçada não pela vontade dos indivíduos, mas por sua evolução natural, contínua e metafísica. O progresso da humanidade e a finalidade da vida social estão amparados a um Deus transcendente, que conduz de fora as ações e intenções humanas. O discurso conservador incorpora a alienação como um dado insignificante historicamente. (CARVALHO, 2005, grifo do autor)

Laraia (2009), com outra perspectiva, caracteriza esses discursos através do *conflito de gerações* inerente a todas as culturas humanas. Seriam as transformações, sobretudo as aparentemente pequenas mudanças, que diferenciariam e distanciariam as gerações, de modo que cada uma, vivendo em seu tempo, teria dificuldade em reconhecer o tempo do outro: para os pais, os filhos são subversivos; para estes, seus progenitores são “caretas”. Sob efeito do tempo, a cultura é um palco permanente de mudança e conflitos:

O tempo constitui um elemento importante na análise de uma cultura. Nesse mesmo quarto de século, mudaram-se os padrões de beleza. Regras morais que eram vigentes passaram a ser consideradas nulas: hoje uma jovem pode fumar em público sem que a sua reputação seja ferida. Ao contrário de sua mãe, pode ceder um beijo ao namorado em plena luz do dia. Tais fatos atestam que as mudanças de costumes são bastante comuns. Entretanto, elas não ocorrem cora a tranquilidade que descrevemos. Cada mudança, por menor que seja, representa o desenlace de numerosos conflitos. Isto porque em cada momento as sociedades humanas são palco do embate entre as tendências conservadoras e as inovadoras. As primeiras pretendem manter os hábitos inalterados, muitas vezes atribuindo aos mesmos uma legitimidade de ordem sobrenatural. As segundas contestam a sua permanência e pretendem substituí-los por novos procedimentos. (LARAIA, 2009, p. 99)

Embora Carvalho (2005) e Laraia (2009) tenham razão no que diz respeito à tendência de o discurso reacionário-conservador ser assumido por determinados segmentos do mundo capitalista e pelas gerações mais velhas de cada cultura – ao contrário do discurso revolucionário-progressista, típico dos grupos sociais de esquerda e da juventude –, ela não é tratada aqui como uma questão própria de estratos sociais ou gerações, mas numa perspectiva posicional. Anuir a um discurso reacionário-conservador, ou a seu avesso, não é um simples efeito de classe ou de idade, mas da ideologia (embora possa haver um escalonamento social e geracional da ideologia, não se pode reduzir isto àquilo).

Assim, trata-se, antes de tudo, de assumir um determinado lugar na conjuntura sociopolítica daquilo que poderia ser chamada de “matriz civilizatória moderna” (ORTIZ, 2002, p. 81-82), o que remete imediatamente ao problema da identidade: o que é ser.../eu sou... jovem, velho, de direita, de esquerda, liberal, socialista etc.? Ou seja, os discursos em contraponto colocam o indivíduo frente ao tempo que passa e cobra-lhes uma posição: aderir às mudanças ou resistir a elas (ou pelo menos a algumas delas, estrategicamente selecionadas). Nesse espaço de tensão, há o tempo do sujeito, que põe em suspenso o tempo da sociedade e vê, busca compreender e conclui: articula a estrutura histórica dicotômica do antigamente/hoje em dia com a estrutura axiológica dual do bem/mal, e enuncia seu discurso aspectualizador.

A comparação entre um “antes” e um “depois”, não se sabe exatamente de quê, é muito comum em enunciados que expressam alguma forma de

valoração axiológica da sociedade contemporânea, e se estabelece através de uma oposição deôntica entre dois tempos, expressa através de paráfrases como: “Antigamente, X era Y; hoje em dia, X é não-Y”, “No meu tempo, X era Y; atualmente, X é não-Y”, “Antes, X era Y; hoje, X é não-Y”. Ou mesmo tomando um dos tempos como implícito: “[Hoje em dia] Não se faz mais X como antigamente”, “Antigamente, X era Y [Ao contrário de hoje em dia]”, “Hoje em dia, X é não-Y. [Muito diferente de antigamente]”.

Essas sequências comumente expressam avaliações do tipo: “antigamente, X era bom; hoje em dia, X é ruim” ou “antigamente, X era mau; hoje em dia, X é bom”. Isso é, há uma coordenação adversativa entre o *tempo de antigamente* e o *tempo de hoje em dia*. Dificilmente ocorrem formulações como “antigamente, X era Y; hoje em dia, X ainda é Y” ou “antigamente, X era Y, como é hoje em dia”, embora sejam construções absolutamente adequadas, do ponto de vista da estrutura sintática; e mesmo quando realizado, esse tipo de enunciado longe de tematizar uma equivalência de tempos denota um deslocamento expresso ou tácito: “antigamente, X era Y; hoje em dia, X ainda é Y, apesar de Z”, “Por incrível que pareça, antigamente, X era Y, como hoje em dia”.

Tendo por base o conceito orlandiano de tipo como produto resultante e princípio organizador do *funcionamento discursivo*, e sua classificação a partir de critérios constitutivos desse funcionamento (ORLANDI, 1996, p. 153 e 217), podem-se distinguir quatro tipos de discursos construídos a partir dessas comparações aspectivas, conforme se distribuem valores positivos (ou eufóricos) e negativos (ou disfóricos) em relação ao tempo de antigamente e ao tempo de hoje em dia (*modalização temporal*):

QUADRO 1
Tipos de Comparações Aspectivas

Discurso:	Tempo:	
	Antigamente	Hoje em dia
Indiferente e Otimista	+	+
Reacionário-Conservador	+	–
Revolucionário-Progressista	–	+
Indiferente e Pessimista	–	–

Assim, o discurso reacionário-conservador distingue-se pela tentativa de conservação ou resgate da sociedade do tempo de antigamente (caráter conservador) e pela reação repulsiva às mudanças operadas pela sociedade do tempo de hoje (caráter reacionário), enquanto no discurso revolucionário-progressista há o cultivo das rupturas em relação à sociedade do tempo de antigamente (caráter revolucionário) e a valorização do progresso alcançado pela sociedade do tempo de hoje (caráter progressista). Em razão de um necessário corte metodológico, contudo, focaliza-se neste estudo apenas o primeiro tipo, procurando compreendê-lo a partir dos instrumentos teóricos e analíticos da AD e de algumas reflexões da Psicanálise.

3 O discurso no tempo: um acontecimento estruturado

A AD é uma disciplina de entremeio, tributária de três grandes tradições científicas: a Linguística saussuriana, o Materialismo histórico marxiano e althusseriano e a Psicanálise freudiana e lacaniana (ORLANDI, 2010); e construída em três tempos: o das grandes construções, o das tentativas e o da desconstrução domesticada (MALDIDIER, 2003), ou três épocas, como propôs Pêcheux (1997b), e se caracteriza por um questionamento permanente de si mesma, de suas fontes e de sua concepção tridimensional de discurso: um acontecimento da *linguagem*, produzido na *história* pela *ideologia*.

Ela “[...] visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele é investido de significância para e por sujeitos.”, isto é, “[...] procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que possam ‘escutar’ outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem.” (ORLANDI, 2010, p. 26). Não estando preocupada, portanto, em fazer uma exegese de signos (*interpretação* hermenêutica), em busca de significados, mas em entender e explicar o modo de funcionamento de simbolização, isto é, de constituição e de significação dos signos. Para tanto, ela realiza em seu procedimento de análise um constante ir e vir entre fundamentos teóricos (*dispositivo teórico*), textos que compõem o *corpus* e parâmetros analíticos (*dispositivo analítico*).

Para a AD, o discurso, seu objeto teórico, é a materialização da ideologia na história, e, por sua vez, materializa-se na língua como *texto* dotado de *sentido* e produzido por um *sujeito*. O texto torna-se, assim, seu objeto empírico, seu ponto de partida para a observação do objeto discursivo (o discurso, sócio-historicamente delimitado) e a compreensão

do *funcionamento* ideológico do discurso. O *corpus* é, então, constituído como um conjunto delimitado de textos de acordo com a questão de análise, sendo em grande parte, construído pelo analista, razão pela qual a teoria deve reger o procedimento de análise, evitando que as seleções e as conclusões do analista sejam feitas de modo arbitrário ou subjetivista (ORLANDI, 2010).

O procedimento de análise da AD é caracterizado pela existência de três etapas operacionais (PÊCHEUX; FUCHS, 1997): i) construção do *corpus* em função das condições comunicativo-enunciativas e sócio-históricas, denominadas de *condições de produção* (CP); ii) análise linguística, que vai do texto (*superfície linguística*) à produção do objeto discursivo; iii) compreensão dos processos discursivos, isto é, da produção de sentidos e da constituição dos sujeitos. Orlandi (2010), por sua vez, divide a análise linguística em duas subetapas: i) passagem da superfície linguística para o objeto discursivo, isto é, abstração da *formação discursiva* (FD), que corresponde ao “[...] que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166); ii) passagem do objeto discursivo ao processo discursivo, ou seja, apreensão da *formação ideológica* (FI), que é a inscrição histórica da ideologia.

Nesse percurso intervêm dois procedimentos fundamentais: a *descrição* e a *interpretação*, que funcionam em uma relação de batimento, a sístole-diástole da AD, e que devem ser realizados pelo analista com a observância de algumas exigências (GREGOLIN, 2007): i) prioridade da descrição das materialidades discursivas; ii) operacionalização simultânea da descrição e da interpretação, sendo essa entendida como a atribuição de um sentido (ou mais) ao discurso através de uma confrontação entre seus elementos integrantes e de uma correlação com a situação contextual-comunicativa em que ele está inscrito; iii) consideração da discursividade do *acontecimento* (e, conseqüentemente, a historicidade do discursivo), e não somente da *estrutura* (PÊCHEUX, 2010).

O acontecimento do discurso se realiza, por excelência, como o processo de assujeitamento, entendido como aquele em que o indivíduo tanto se sujeita à ideologia, à língua e à história, quanto assume a posição de sujeito do discurso, isto é, enunciator e produtor de sentido (ORLANDI, 2010, p. 49). Grosso modo, pode-se caracterizar esse processo em três movimentos imbrincados: i) a *interpelação*, que é o chamamento ideológico do indivíduo realizado por meio do discurso, momento em que uma FI convoca-o através de uma FD a assumir uma posição, isto é, tomar um lugar no real da língua e

da história; ii) a *imaginação*, que é a afetação do indivíduo pela FD, instante em que ele começa a produzir imagens de acordo com a lógica do que pode e deve ser dito ou silenciado, organizadas estruturalmente e denominadas de Formações Imaginárias (FIIm)², e submeter-se aos *esquecimentos* necessários à assunção da posição de sujeito; iii) a *enunciação*, isto é, a passagem (ou o retorno) das FIIm (o pensando ideologicamente) para as FD (o produzido linguisticamente), e constitui o acontecimento do discurso enquanto tal: o dito e o não-dito.

Como real da língua e da história, o discurso toma a forma de Sequências Discursivas (SD), “[...] um discurso concreto no interior do ‘feixe complexo de relações’ de um sistema de formação.” (BRANDÃO, 2004, p. 52), construídas a partir de uma articulação entre a memória do dizer, isto é, o discurso do Outro (o *interdiscurso* ou eixo da constituição) no qual e a partir do qual o sujeito inscreve o seu próprio discurso, a atualidade do dizer (o *intradiscurso* ou eixo da formulação). As SDs caracterizam-se, então, pela sua inscrição em uma dada FD, através do registro do intradiscurso (aquilo que se diz num momento dado, em condições dadas, e que suscita imediatamente o problema da interpretação) no interdiscurso (o dizível, o conjunto de todos os dizeres já ditos e esquecidos, a memória de todos os intradisursos).

São as SD os recortes do corpus estudados mais detidamente no procedimento de análise, sendo elas compreendidas no âmbito da AD como o acontecimento a ser lido, que “[...] vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, ospré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.” (PÊCHEUX, 1997a, p. 53). Elas atravessam o intradiscurso, colocando-o frente ao interdiscurso, e revelam a contradição constitutiva dos processos discursivos: ao mesmo tempo, retomada (o já-dito, o repetido) e deslocamento (a metáfora, a metonímia) de efeitos de sentido, mobilizados pelo sujeito.

No gesto de interpretação das SD importa não somente o dito, mas também o não-dito, território habitado pelo que não é necessário dizer (os diversos tipos de “implícitos”) e pelo que não se deve/pode dizer. Nesta última

² As FIIm são compostas por imagens dinâmicas que os interlocutores produzem sobre si mesmos, sobre o(s) outro(s), sobre o(s) referente(s) do discurso, e sobre as imagens elaboradas pelo(s) outro(s), alteradas conforme as CP (PÊCHEUX, 1997a, p. 83-84).

categoria ganham destaque as formas de silêncio propostas por Orlandi (2007): i) o *silêncio fundador*, que corresponde à permanente significação do mundo pelo homem, ao real da significação, à matéria significante que prescinde da verbalidade, das formas linguísticas, de modo que os sentidos “são” no silêncio, onde estão dispersos, e precisam ser categorizados, domesticados, apreendidos para tornar-se linguagem e verbalização; ii) o *silêncio constitutivo*, que é o silenciamento produzido pelo ato de dizer, isto é, aquilo que se cala para se poder falar, mecanismo de funcionamento que determina os sentidos que precisam não ser ditos para que outros sejam ditos; iii) o *silêncio local*, que se refere à “interdição do dizer” estabelecida nas relações de dominação e resistência e que tem na censura sua expressão mais típica, ou seja, trata-se da proibição de determinados dizeres e sentidos que tenta impedir a inscrição do sujeito em determinadas FD, a assunção de determinadas posições de sujeito, a circulação pelas FD.

4 O tempo e o sujeito do discurso: alguns excertos psicanalíticos

As remissões à Psicanálise no âmbito da AD são marcadas pela discrição e pela incisividade (TFOUNI; LAUREANO, 2005, p. 2). Assim, conceitos pêcheutianos fundamentais como interpretação, interdiscurso, formações imaginárias etc. estão assentados em ideias lacanianas, a exemplo do binômio metáfora-metonímia, do grande Outro, da tríade real-imaginário-simbólico, entre outros. Não cabe, aqui, explicitar cada uma dessas inter-relações, mas é mister destacar a contribuição da Psicanálise para a definição estrutural do sujeito (ou *forma-sujeito*) na AD, porque “É por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica que Pêcheux articula as três regiões em que seu projeto se institui: o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso.” (TEIXEIRA, 2000, p. 65), o que é bem representado no nó borromeano elaborado por Ferreira (2010), à semelhança de Lacan (1975-1976/2007):

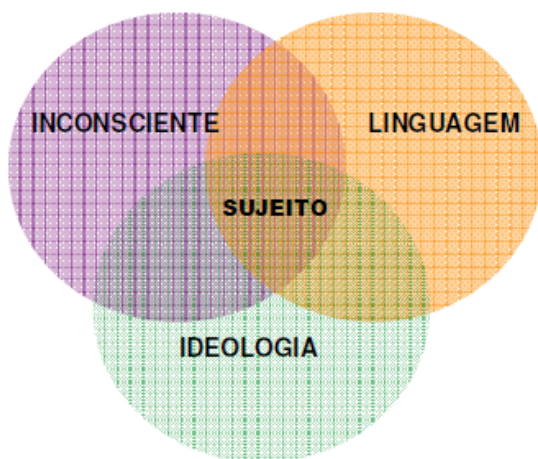


FIGURA 1: Nó borromeano do sujeito discursivo (FERREIRA, 2010).

Esse diagrama mostra que sujeito para a AD corresponde, em grande parte, ao sujeito da Psicanálise, porém, enquanto esta o inscreve na relação entre linguagem e inconsciente, aquela insere a ideologia como um dos seus elementos constitutivos. Para Lacan (1969-1970/1992), o sujeito corresponde ao lugar de escansão entre dois significantes, ou seja, é aquilo que um significante representa para outro, de modo que ele é sempre incompleto, posto que não existe sozinho, fragmentado e heterogêneo, em razão do discurso do outro (o grande Outro) materializado em seu inconsciente, que, inobstante, seja onipresente, precisa ausentar-se, pelo esquecimento (recalque), para permitir a existência de um “eu”. Há tanto um intervalo entre significantes, no qual o sujeito se estabelece (é estabelecido) como tal, quanto um intervalo de tempo: entre o tempo do vazio, o não-ser do sujeito, e o tempo do significado, o ser do sujeito, preenchido pelo sentido que advém do Outro.

A AD deixa praticamente inalterada a estrutura subjetiva, mas substitui, em grande parte, o inconsciente pela ideologia na instância do Outro (ORLANDI, 2010, p. 96), que rege dois principais processos de esquecimento fundantes do assujeitamento: i) o nº 1 ou *ideológico*, a ilusão de que é o criador absoluto do seu discurso, a origem exclusiva do sentido, apagando inconscientemente tudo que remeta ao exterior de sua FD; ii) o nº 2 ou *enunciativo*, a ilusão de que tudo aquilo que ele diz tem apenas um significado objetivo e transparente, que será imediatamente captado pelo interlocutor, em virtude da observância de uma lógica consciente ou pré-

consciente de seleção de formas e sequências enunciativas estabelecidas pela FD que o domina, e que oculta e apaga outras formas e sequências possíveis (PÊCHEUX, 1997c, p. 173).

Portanto, para a AD e para a Psicanálise, o sujeito existe apenas na e pela linguagem, que nele se torna discurso intrinsecamente histórico, porque está ancorado no inconsciente (ou na ideologia), ou seja, o sujeito também é um acontecimento, uma vez que é atravessado pelo tempo: o intervalo entre os significantes, o momento da interpelação, o instante da enunciação, o permanente período de esquecimento... Nesse sentido, considerando, de um lado, que o Outro, no âmbito da AD, remete necessariamente ao interdiscurso (ORLANDI, 2010, p. 80), lugar do inconsciente e da ideologia, pode-se dizer que o sujeito se constitui (é constituído) no intervalo entre o interdiscurso e o intradiscurso; e, de outro, que esse intervalo, nas comparações do tipo “antigamente e hoje em dia”, implica em uma aspectualização e valoração das experiências, ou seja, elas se remetem, no âmbito da Psicanálise, ao modo de funcionamento dos dois tempos freudianos (o só-depois) e dos três tempos lacanianos (o encadeamento lógico).

Freud (1900/1974c; 1900/1974d; 1915/1974f) parte da premissa de que o inconsciente é atemporal, isto é, não reconhece o tempo, e organiza os significantes não em ordem cronológica, mas segundo relações de simultaneidade, contiguidade e semelhança, sendo guiado pelo princípio do prazer. Assim, ele se constituiria como uma memória ligada à infância e às pulsões, cujo conteúdo diz respeito não à realidade externa, mas à realidade psíquica, isto é, a uma realidade própria, construída a partir das experiências. É nesse presente perpétuo que o sujeito se move, dirigindo seu desejo para um futuro curto e limitado (movimento progressivo), e retomando sempre as imagens do passado, isto é, aquilo que foi recalcado (movimento retroativo).

Por outro lado, o tempo existe para o sujeito, que é afetado por ele. Freud, então propõe duas formas de manifestação da temporalidade: a primeira (FREUD, 1897/1974a; 1920/1974h) diz respeito ao sistema de percepção-consciência, isto é, da relação entre o consciente e o pré-consciente, que se dá através do processo de recordação das experiências vividas; essa rememoração, contudo, não é uma simples retomada do passado, mas uma reelaboração, ou seja, ao mesmo tempo uma repetição e um deslocamento, que pode, evidentemente, tornar-se uma falsificação, uma fantasia. A segunda (FREUD, 1893-1895/1974b; 1917/1974g) diz respeito ao efeito *Nachträglich* (só-depois), que alcança a estrutura psíquica como um todo: aquilo que é vivido pelo sujeito não recebe um sentido imediato,

só depois sendo valorado e significado, isso implica que o recalque para o inconsciente se dá em um momento posterior à experiência, assim como a momento da análise só pode dar-se como um só-depois do trauma, ocasião em que é retomado e ressignificado. E assim, o sujeito freudiano caracteriza-se por um agir temporal a partir de um horizonte atemporal:

O trabalho mental vincula-se a uma impressão atual, a alguma ocasião motivadora no presente que foi capaz de despertar um dos desejos principais do sujeito. Dali, retrocede à lembrança de uma experiência anterior (geralmente da infância) na qual esse desejo foi realizado, criando uma situação referente ao futuro que representa a realização do desejo. (FREUD, 1908/1974e, p. 82).

Lacan retoma essas proposições freudianas, explorando-as a partir de sua definição de inconsciente estruturado como uma linguagem (LACAN, 1972-1973/1985). O tempo do inconsciente seria, assim, o futuro do pretérito (*futur antérieur* francês): “O que se realiza em minha história não é o passado simples daquilo que foi, uma vez que ele já não é, nem tampouco o perfeito composto do que tem sido naquilo que sou, mas o futuro anterior do que terei sido para aquilo em que me estou transformando.” (LACAN, 1953/1998b, p. 301). A grande contribuição de Lacan, contudo, se dá na sua elaboração do Sofisma dos Três Prisioneiros (LACAN, 1945/1998a), que discorre sobre o tempo lógico no qual o sujeito se constitui:

No sofisma, três prisioneiros são convocados a passar por uma prova para alcançarem a liberdade: discos seriam distribuídos nas costas de cada um, dos quais três são brancos e dois são pretos, mas apenas três deles seriam utilizados. Seria colocado um disco nas costas de cada um dos prisioneiros, de forma aleatória, sem que cada um pudesse ver sua cor. O primeiro a concluir sua própria cor ganharia a liberdade, mas para isso sua conclusão deveria ser fundamentada em motivos de lógica e não de probabilidade. São colocados três discos brancos, não se utilizando nenhum preto. Dada a tarefa, os prisioneiros se observam por um certo tempo e dão juntos alguns passos, ambos hesitam, param e não cruzam a porta da cela. Somente após uma segunda hesitação, os três saem juntos e declaram: “Sou branco, e eis como sei disso. Dado que meus companheiros eram brancos, achei que, se eu fosse preto, cada um deles poderia ter inferido o seguinte: ‘Se eu também fosse preto, o outro, devendo reconhecer imediatamente que era branco, teria saído na mesma hora, logo, não sou preto.’” (Lacan, 1945: 205). Há apenas um sujeito real (sujeito A), que vem a concluir por si. Os outros dois (B e C) são sujeitos refletidos, em cuja conduta o sujeito A estabelece sua dedução.

Lacan (1945) verifica o valor das duas escansões que ocorrem antes da solução final, dizendo que são significantes, não por sua direção, mas por seu tempo de parada. Através da hesitação de B e C, A vai poder concluir. Primeiramente o sujeito passa pela certeza e depois entra em dúvida. A certeza é antecipada numa declaração, sob pena de não poder declarar-se mais e, nesse caso, o sujeito deve permanecer preso. A partir do tempo de parada de B e C e baseado na dedução de que se ele fosse preto, os outros dois deveriam ter prosseguido, A alcança a conclusão sobre sua cor. (AMERICANO, 2010, p. 68-69)

O sujeito depende, assim, da ação do outro para determinar a sua ação, só se reconhece a partir do outro, de um trabalho de elaboração sobre o real. Considerando as duas escansões do prisioneiro, Lacan propõe a existência de três tempos lógicos: i) o *instante de ver*, a percepção de si mesmo e do outro que se dá no encontro com o real; ii) o *tempo para compreender*, em que o sujeito produz imagens sobre si e sobre o outro, observando as atitudes dele para calcular seus próprios passos; iii) o *momento de concluir*, em que se dá a transformação da suposição e da dedução em ato e em palavra. Esse percurso, de certa forma, esclarece o modo de funcionamento do só-depois freudiano como uma propriedade linguística da estrutura psíquica: “[...] quando começo uma frase, vocês só compreenderão seu sentido quando eu a houver concluído. É absolutamente necessário – essa é a definição de frase – que eu tenha dito a última palavra para que vocês compreendam a situação da primeira.” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 17), nesse caso, é o momento de conclusão que determina o sentido do instante inicial.

Vertendo esses excertos psicanalíticos sobre o intervalo entre o interdiscurso e intradiscurso (o espaço-tempo do sujeito), pode-se relacionar o só-depois à enunciação, já que ela se caracteriza como o momento de formulação do discurso, no qual a memória do dizer é retomada tanto por um processo de reelaboração mnemônica quanto de valoração e ressignificação. Do mesmo modo, o ver, o compreender e o concluir podem ser relacionados – não necessariamente reduzidos – às três instâncias constitutivas do sujeito – o real, o simbólico e o imaginário (LACAN, 1945/1998a) – e aos três movimentos do indivíduo que assume a posição de sujeito: i) o encontro com o real da língua e da história, a partir da interpelação ideológico-discursiva, isto é, do discurso do Outro; ii) a produção de imagens e a submissão aos processos de esquecimento, isto é, a passagem do real ao imaginário; iii) a produção de signos (emergência no simbólico) enquanto formas de dizer e silenciar, de participar do discurso do Outro por meio de um discurso

próprio, isto é, de um discurso enunciado por si mesmo. As SD, portanto, são materializações do só-depois e do momento de concluir, enquanto movimentos histórico-linguísticos do sujeito.

5 Três aspectualizações: discursos sobre o tempo

Neste capítulo, procura-se mostrar como o uso das expressões temporais “antigamente” e “hoje em dia” é significante dos processos de produção de sentido e de constituição dos sujeitos nos discursos reacionário-conservadores. Para tanto, além de mobilizar conceitos da AD e da Psicanálise, como silêncio, interdiscurso, só-depois etc., trabalhados nos capítulos anteriores, faz-se necessário esclarecer melhor a relação entre as estruturas sintáticas analisadas e o sujeito da enunciação, isto é, entre os processos de marcação do tempo ou de aspectualização discursiva (BARROS, 2001, p. 133) e o de representação da subjetividade.

O estudo sistemático das marcas da subjetividade na linguagem encontra em Benveniste seu ponto de partida formal. Para ele, “O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala”, de modo que “Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação.” (BENVENISTE, 1970/2006, p. 84). Entre essas formas ou índices específicos de subjetividade, ele destaca os pronomes pessoais, os demonstrativos, as formas verbo-temporais e os signos de marcação da enunciação, isto é, os dêiticos pessoais, temporais e espaciais. Como procedimentos acessórios, cita as grandes funções sintáticas (asserção, interrogação etc.), os modos verbais, a fraseologia etc.

Kerbrat-Orecchioni (2009), retomando a concepção benvenistiana da onipresença da subjetividade, analisou de modo mais detido as formas sintáticas de manifestação subjetiva, denominadas de “subjetivemas”, especialmente os dêiticos. No tocante aos dêiticos temporais, ela afirma que, embora se refiram a dados objetivos da situação enunciativa (CP), reconhecidos consensualmente e até de forma indiscutível pelos interlocutores, como é o caso dos “tempos absolutos” (o passado, o presente e o futuro), cada tempo reclama um aspecto gramatical que não está determinado automaticamente pelas CP, mas é fruto de uma “escolha” do locutor, revelando, por isso, o enfoque dado por ele ao processo expresso pelo verbo (DUBOIS *et al.*, 2014), que, consoante Comrie (1976), atende à seguinte estrutura de valores aspectivos:

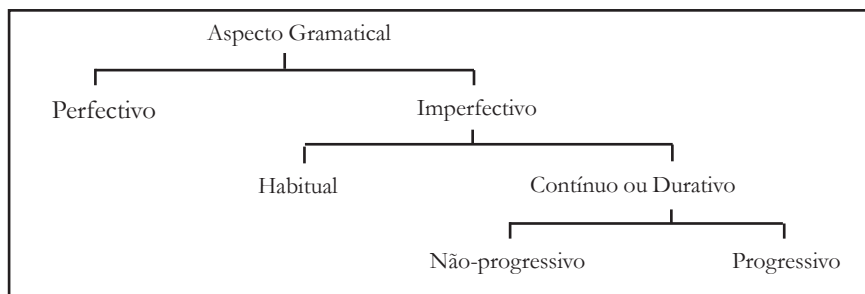


FIGURA 2: Classificação do aspecto gramatical segundo Comrie (1976, p. 24-25).

A partir dessas considerações, como um primeiro tratamento analítico dos textos, organizou-se estruturalmente em três seções: o *tópico* (I), que é a comparação “antigamente e hoje em dia”, propriamente dita, seja na forma canônica “Antigamente, X era Y; hoje em dia, X é não-Y” ou em uma de suas paráfrases; o *comentário* (II), isto é, uma explicação ou justificação da comparação estabelecida, ou melhor, um desdobramento da relação entre Antigamente e Y, Hoje em dia e não-Y; e a *coda* (III), um trecho suplementar, e, portanto, dispensável, que não está ligado ao tópico ou ao comentário, mas que funciona como um fechamento poético do texto.

QUADRO 2
Estrutura Textual das Canções baseadas na comparação
“Antigamente e hoje em dia”

	<i>Antigamente</i> (Mestre Toni Vargas)	<i>Antigamente</i> (Palavra Cantada)	<i>Mágoa de Boiadeiro</i> (Sérgio Reis)
I	Antigamente, Tudo era diferente, [...]	Antigamente eu tinha um nome tão bonito [...]	Antigamente nem em sonho existia Tantas pontes sobre os rios [...]
II	Ali na Lapa, Tinha toda a malandragem, [...]	Ela dizia que não ia me esquecer [...]	Tenho saudade de rever nas currutelas As mocinhas nas janelas acenando uma flor [...]
III	Ê viva meu Deus Iê viva meu Deus camará [...]	[Ø]	Não sou poeta, sou apenas um caipira E o tema que me inspira é a fibra de peão [...]

A estrutura tópico-comentário-coda, encontrada nos textos analisados é muito similar àquela percebida por Labov (1972 apud TARALLO, 2007, p. 23-26) nas narrativas de experiência pessoal, observadas as adaptações impostas pela especificidade do *corpus*: há o estabelecimento de uma situação de conflito (resumo e orientação), a explanação desse conflito (orientação e resolução) e o fechamento enunciativo. Todavia, enquanto o conflito narrativo surge de relações tímico-fóricas entre o desejo e a realidade (GREIMAS, 1979 apud BARROS, 2001, p. 25), coetaneamente considerados; o conflito das comparações do tipo “antigamente e hoje em dia” se dá entre as relações estabelecidas em épocas distintas, sendo que em uma há euforia entre o desejo e o real, e noutra, disforia. Além disso, o tempo narrativo é percursorio, parcial, diz respeito à cadeia de ações que se realizaram um intervalo de tempo determinado; enquanto o tempo comparativo é discursivo, total, diz respeito ao próprio modo como o sujeito compreende a estrutura do tempo, e a ação do tempo sobre a realidade.

No primeiro texto, *Antigamente* de Mestre Toni Vargas, a comparação apresentada segue a estrutura “Antigamente, X era Y”, em que o tempo de hoje é silenciado, ao mesmo tempo em que é significado: “Antigamente, / Tudo era diferente, / No Rio a gente era gente, / Que beleza de lugar [...]”. Há, aqui, um implícito: “Tudo era diferente [de hoje em dia]”. Fala-se de antigamente, para não se falar de hoje, em uma relação dialética em que o sentido é produzido pela intercalação entre o falar e o calar, porque “[...] como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito – ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo ‘outros’ sentidos. Dizer e silenciar andam juntos.” (ORLANDI, 2007, p. 53).

Tem-se, então, um exemplo de silêncio constitutivo, que se caracteriza não como pressuposto do dizer, mas como fruto do modo de funcionamento da FD em que está inscrito: aquilo que é silenciado poderia não o ser, caso o sujeito optasse pela estrutura canônica da comparação, por exemplo. Para o sujeito reacionário-conservador, no entanto, o real do tempo de hoje é insuportável, o que o leva a uma idealização do tempo de antigamente. Assim, o tempo de hoje passa por um apagamento radical, em uma espécie de negação silenciosa do real, similar à negação discursiva observada por Freud (1925/1974i): todo o texto é construído a partir do pretérito imperfeito, inclusive as duas ocasiões em que o presente é explicitado, está inserido em um contexto negativo ou de submissão ao passado. Na estrofe 2, o verbo é articulado no presente (“Vale a pena recordar”), mas relacionado à recordação, à memória do tempo de antigamente; na estrofe 3, enuncia-se

expressamente hoje em dia (“Não era como hoje em dia”), mas além de o tempo presente do verbo ser evitado, o dêitico temporal é referido ao passado, que não era como o hoje.

Além disso, os verbos utilizados manifestam essa tensão entre o desejo, a memória e o real. O pretérito imperfeito português caracteriza-se pelo aspecto imperfectivo, exprimindo ações e realidades inacabadas, que perduram no tempo. No caso do pretérito imperfeito simples, a imperfectividade denota também habitualidade, isto é, a descrição do passado em termos de relevância; mas quando combinado a outros tempos verbais, como o gerúndio, pode denotar também duratividade. No texto, a presença do infinitivo (recordar, malandrar, sujar, passar) denota continuidade e manifesta o desejo do impossível: o de que o tempo de antigamente não tenha ficado em um passado concluído em si mesmo. Ao mesmo tempo, o real, apagado, reaparece simbólica e insistentemente ao final do comentário, no valor perfectivo do pretérito perfeito: “O céu que a mãe natureza / Reservou pra esse lugar”. O sujeito poderia ter optado por dêixis temporais que denotassem claramente a duratividade: “reserva”, “sempre reservou”, “tem reservado” etc., mas o preferiu expressar a noção de acabado, de algo que, tendo sido reservado, já não o é mais.

No segundo texto, *Antigamente* de Palavra Cantada, há a mesma insistência no dêitico antigamente, e a mesma estrutura aspectiva dos verbos, mas o tempo de hoje é enunciado mais claramente: “Antigamente eu tinha um nome tão bonito / Antigamente ela era minha mãe / Antigamente eu era a filha mais querida / Antigamente eu vivia de verdade / Agora estou aqui tão só / Coberta pelo pó”. O hoje é referido imediatamente a situações negativas: “Agora estou aqui tão só / Coberta pelo pó”, “E agora [...] Só ocupo lugar”, “E agora estou com tanto medo”. Embora o real seja enfrentado de forma mais firme, posto que não é sistematicamente apagado, e que a disforia entre realidade e desejo é reiteradamente representada, o passado está envolto em uma penumbra de fantasia.

Trata-se, portanto, de uma reelaboração do vivido (o só-depois) que se deslocar para a falsificação, como percebeu Freud (1908/1974e, p. 82): “O que se cria então é um devaneio ou fantasia, que encerra traços de sua origem a partir da ocasião que o provocou e a partir da lembrança. Dessa forma o passado, o presente e o futuro são entrelaçados pelo fio do desejo que os une.”. Essa falsificação pode ser atestada pela profusão de hipérboles da estrofe 3: “Trocava minha fralda mais de vinte vezes / Me desbotei de tanto ela me dar banho / Passava em mim um vidro inteiro de perfume”.

Não sem razão esse tempo fantasiado é a infância, como informa a estrofe 2, e o desejo é relacionado à figura materna. Ele se torna, assim, um *illud tempus*, um tempo de princípio e de eternidade sobre o qual se desenvolve a existência, como observa Eliade (2000, p. 46):

Poderia traduzir-se esta prática operacional [de voltar ao passado, diante de um traumatismo psíquico] em termos de pensamento arcaico, dizendo que a cura consiste em recomençar a existência, repetir, por conseguinte, o nascimento, tornar-se contemporâneo do “começo”: e este não é mais do que a imitação do princípio por excelência, a cosmogonia. [...] Mas, para o homem moderno, qualquer experiência pessoal “primordial” só pode ser a da infância. Logo que a psique está em crise, é à infância que se torna necessário recuar para reviver e enfrentar de novo o evento que provocou a crise.

Refletindo sobre essa afirmação de Eliade, Carmo (s.d., p. 6) relaciona-a ao pensamento de Freud, que:

[...] teria descoberto algo de consequências admiráveis: a existência de um tempo primordial de cada pessoa, onde tudo se decide para o resto da sua vida, ou seja, a infância. Teríamos, para o autor, algo que se aproxima da estrutura do pensamento arcaico [isto é, cosmogônico]: um “paraíso” (o estágio pré-natal que se estende até o desmamar) e uma “ruptura” (traumatismo infantil), acontecimentos fundantes e constituinte do interior do ser.

Ou seja, a infância seria a época em que o sujeito teria experimentado o paraíso, a euforia entre desejo e realidade, ao mesmo tempo em que teria sido expulso dele, duas vezes inclusive: no nascimento e na submissão às normas materiais da existência, que limitam e interditam o desejo³. A partir de então, o sujeito estaria marcado por essa incompletude constitutiva: a falta do paraíso (em outros termos, a falta da mãe), razão pela qual tende a romantizar sempre mais (no só-depois) esse *illud tempus*, transformando-o em um *illusio tempus*. Na perspectiva da AD, inobstante, essa romantização da infância está

³ Trata-se do Complexo de Édipo, fenômeno psíquico em que o “desejo da mãe” dá lugar ao “nome do pai”: “[...] a derradeira etapa de um progressivo – e doloroso – processo de separação: corte do cordão umbilical, desmame e, por fim, proibição do incesto, ao nível da genitalidade infantil. O Édipo obriga o ser humano a superar a infância, isto é, sua dependência da mãe e o desejo que sente por ela. Nessa medida, corresponde a um segundo nascimento, uma segunda expulsão do paraíso.” (PELLEGRINO, 1983).

mais relacionada à interpelação ideológica do que aos processos psíquicos que regem o só-depois: trata-se, antes de tudo, de um posicionamento, que poderia ser diferente, em outra FD (no discurso revolucionário-progressista, por exemplo, embora os sujeitos estejam subordinados à mesma estrutura psíquica, o passado é tomado como um tempo a ser superado, e não reverenciado e apologizado).

O terceiro e último texto, *Mágoa de Boiadeiro* de Sérgio Reis, apresenta uma visão mais dialética entre o tempo de antigamente e o tempo de hoje em dia, representando de forma menos dicotômica essas categorias aspectuais:

Antigamente nem em sonho existia
Tantas pontes sobre os rios
Nem asfalto nas estradas
A gente usava quatro ou cinco sinuelos
Pra trazer o pantaneiro no rodeio da boiada
Mas hoje em dia tudo é muito diferente
Com o progresso nossa gente nem sequer faz uma ideia
Que entre outros fui peão de boiadeiro
Por este chão brasileiro os heróis da epopeia

O presente é, assim, relacionado ao progresso das condições materiais de existência, sobretudo ao melhoramento dos instrumentos e das técnicas, enquanto o passado remonta às relações mais autênticas entre as pessoas (“Tenho saudade de rever nas currutelas / As mocinhas nas janelas acenando uma flor”) e entre essas e a natureza, que ganha contornos de antropomorfização (“O meu cavalo relinchando pasto a fora / Que por certo também chora na mais triste solidão”). Essas imagens marcadas pela relação positivo-negativo, mas em que o apagamento e a falsificação são menos visíveis, permitem a problematização da relação que até agora foi aqui estabelecida, implicitamente ou não, entre o tempo de hoje e o real, o tempo de antigamente e a memória.

Faz-se necessário distinguir que cada um desses tempos possui uma dupla face, como Jano Bifronte: o tempo de antigamente na verdade são duas realidades imbricadas, o tempo de antigamente vivido/experimentado e o tempo de antigamente enunciado/comentado, assim como o tempo de hoje. Pode-se ainda relacionar uma terceira realidade em cada um desses pares: o imaginado, que torna possível o vivido ser enunciado, embora ela não subsista no discurso como um tempo específico, através da(s) imagem(ns) elaboradas por ele no interstício entre a experiência e o só-depois. Isso porque enquanto o

vivido é o exterior do discurso, e remonta às CP, e o enunciado é o interior do discurso, em que se articulam formulação e constituição, o tempo imaginado torna-se uma estrutura implícita que só se manifesta através de figuratização, de imagens que emergem na enunciação. Assim tem-se:

QUADRO 3
Estrutura Temporal das Comparações Aspectivas.

	Real (Ver)	Imaginário (Compreender)	Simbólico (Concluir)
Passado	Tempo de antigamente vivido	Imagem(ns) do sujeito sobre o tempo de antigamente	Tempo de antigamente enunciado
Presente	Tempo de hoje vivido	Imagem(ns) do sujeito sobre o tempo de hoje	Tempo de hoje enunciado

O tempo de hoje vivido, portanto, se impõe como um real, inclusive o real que causa conflito (disforia) para o sujeito; enquanto o tempo de antigamente vivido já não é um tempo de experiência concreta, em razão da irreversibilidade do vivido, e só pode ser retomado como memória, no só-depois. Essa estrutura também nos faz perceber que, enquanto o tempo de hoje vivido é atualizado e modificado continuamente, pelo encontro com o real, o tempo de hoje enunciado só pode dar-se como um só-depois, isto é, como uma conclusão sobre um passado próximo, um quase-presente, mas não um presente imediato nem instantâneo. Há, portanto, uma clivagem e um desencaixe entre o real e o imaginário: enquanto o só-depois do passado é, efetivamente, *a posteriori*, o só-depois do presente, é *a priori*, uma projeção do passado recente sobre o presente contínuo, e, por conseguinte, sobre o futuro. Nisto, inclusive, consiste o modo de funcionamento do discurso reacionário-conservador: o lançar de um jogo de imagens preconcebidas sobre o presente, para ofuscá-lo e trazer à luz um passado idealizado e desejado.

Nesse sentido, nenhum dos polos da comparação é real, trata-se de fantasmas: o decalque positivo do passado (“Meu par de esporas meu chapéu de aba larga / Uma bruaca de carga um berrante um facão”) e negativo do presente (“Cada jamanta que eu vejo carregada transportando / Uma boiada me aperta o coração”), ou, em outros termos, o recalque negativo do passado e positivo do presente. Entre os dois tempos há ainda um terceiro que é sistematicamente negligenciado: o interstício, no qual o antigamente transformou-se no hoje em dia, ou melhor, no qual a realidade

romantizada gerou a rejeitada. Esse não-dito é o silêncio constitutivo mais profundo das comparações aspectuais: para a polarização funcionar é preciso cavar um fosso de antíteses, desvincular, apagar a estrutura arqueológica da história, por meio da qual o passado produz o presente, que, por sua vez, nos encaminha para o futuro.

A descontinuidade histórica é condição necessária para o discurso reacionário-conservador: ela é fruto de uma ação desordenada do homem, que desvirtua aquela continuidade natural que nos levaria a um progresso bom, e nos trouxe um progresso mau. Por isso é inútil perguntar quando o tempo de antigamente transformou-se no tempo de hoje em dia: trata-se de um ponto cego, cuja explicitação faria desmoronar a lógica da comparação, pois revelaria o engendramento do presente pelo passado, e, com isso, a falta constitutiva do sujeito, pois todos os tempos são tempos de incompletude, insatisfação, imperfeição. Para lembrar-se do interstício, o sujeito precisaria superar o duplo esquecimento a que está submetido, mas isso é igualmente impossível: assim como o interstício não-dito é condição do enunciado (isto é, o silêncio que sustenta a linguagem), o esquecimento é condição necessária da enunciação. Obviamente o sujeito poderia prescindir da lógica da comparação, mas não da enunciação, e elaborar outros discursos a partir da compreensão e da explicitação do interstício, mas isso implicaria a inscrição em outras FD, mas para fazê-lo é preciso assumir outros modos de enfrentamento do real, porque “Ainda resta a guaiaca sem dinheiro / Deste pobre boiadeiro que perdeu a profissão”.

6 Considerações finais

É preciso, obviamente, dar uma “coda” ao presente texto. Voltando a Antonio Prata e às suas reflexões sobre o objeto deste estudo, encontra-se uma reflexão acerca dos resmungos reacionários-conservadores, vistos como mais uma forma de pessimismo (ou melhor, negativismo, já que, por questões terminológicas, reservou-se esse termo para um tipo específico de comparação aspectual) em relação ao futuro do que de amor desmedido pelo passado:

O pessimismo [...] É um recurso de segurança, espécie de capa de chuva existencial, usada por todos aqueles que acham que a maior das desgraças ainda é mais suportável à aflição da incerteza. De modo que, na dúvida se as coisas darão certo ou errado, o indivíduo prefere acreditar no pior. Assim, se uma tempestade chegar ele não é pego no susto: tendo pago o sofrimento adiantado, parcelado, já praticamente quitou sua frustração.

O efeito colateral do pessimismo, contudo, é letal: colocando todas as fichas na desgraça e na decadência, o sujeito não pode regozijar-se quando o sol aparece, quando uma promessa é cumprida, e, quando a porção de frango à passarinho é mais bem servida que a de ontem, ele tem que fechar a cara e resmungar: “aposto que tá frio...”. Mas, e daí? Quem tem o glorioso “no meu tempo”, quando as coisas eram realmente boas, fartas e belas, não precisa aproveitar o presente”.

Viver no passado pode ser meio chato - as memórias não têm gosto, nem cheiro, nem podem ser tocadas por nossas mãos – mas são seguras, e é isso que importa ao pessimista. Afinal, “hoje em dia, não dá pra dar chance ao acaso. Hoje em dia, se você vacilar, já viu. Hoje em dia, meu amigo. Não é como meu tempo que...” (PRATA, 2011, p. 75)

De fato as comparações aspectuais, ao estabelecer uma avaliação sobre o presente e o passado, estão propondo um programa para o futuro, esse outro tempo silenciado. Se o sujeito não se regozija com o que há de bom no presente, tampouco estará satisfeito com a simples lembrança de um passado glorioso⁴. Portanto, as comparações do tipo “antigamente e hoje em dia” possuem um claro viés político: trata-se de tomar uma posição no que diz respeito à construção do real no *tempo do futuro*. Antonio Prata, assim, problematiza a efetividade e a pertinência dessa estratégia discursiva, que se concentra mais no julgar (e no reclamar) do que no fruir. Isso, contudo, escapa às fronteiras da AD, e pressupõe uma análise dos valores éticos e da instrumentalidade sociopolítica do discurso na conjuntura em que ele se dá.

No que diz respeito ao objeto discursivo deste trabalho, isto é, o modo de funcionamento da comparação aspectual no discurso reacionário-conservador, pode-se tecer os seguintes comentários: i) a estrutura dicotômica da história opera através de um falseamento do real, que fica reduzido a algumas silhuetas estrategicamente selecionadas para promover um encaixamento entre cronologia (passado/presente) e axiologia (bem/mal); ii) o estabelecimento de tempos polares (antigamente e hoje em dia) pressupõe o apagamento do tempo de interstício, isto é, a relação causal entre as realidades a que eles se referem; iii) a relação entre os polos é mais discursiva do percursiva (narrativa), ou seja, a cronologia proposta está mais

⁴ Para a Psicanálise, o resmungo pode ser uma forma de gozo para o sujeito. Na abordagem da AD, contudo, a questão não se resolve apenas no que toca à estrutura psíquica: o modo de funcionamento das estruturas (e dos acontecimentos) discursivos está intrinsecamente ligado à causa final, em razão da ideologia que guia o discurso.

apoiada em um tempo lógico (nesse caso, imaginário) do que em um tempo cronológico (histórico).

Os signos do passado e do presente, por si, não correspondem, respectivamente, a um tempo ausente e um tempo presente/recente, mas ao tempo próprio e ao tempo próximo, isto é, à realidade (ou melhor, à construção imaginária da realidade) que o sujeito reconhece como sua (“no meu tempo”) e à que se impõe a ele (que lhe frustra o desejo). Por isso o passado é sempre um tempo em transcurso na estrutura histórica: o *illud tempus*, que abriga a origem e o destino do sujeito, que não entra em decurso. Por isso, o sujeito sempre está no tempo de antigamente (relação de pertencimento), mas se vê obrigado a submeter-se ao tempo que lhe é contíguo, o tempo de hoje (relação de proximidade). No imperfeito dos verbos do discurso esconde-se a imagem de perfeição de um paraíso construído no só-depois da imaginação, transformado no agora da enunciação. Em todos os tempos, porém, o vivido é apagado pelo silêncio e reelaborado pela linguagem (na metáfora e na metonímia): o real da experiência dá lugar ao material da ideologia, pelo discurso.

Referências

AMERICANO, B. P. *Um estudo teórico clínico acerca da psicanálise no Hospital Geral: os tempos do sujeito do inconsciente*. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicanálise) – Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BARROS, D. L. P. *Teoria do discurso: Fundamentos semióticos*. 3. ed. São Paulo: Humanitas; FLLCH/USP, 2001.

BENVENISTE, É. O aparelho formal da comunicação [1970]. In: BENVENISTE, É. *Problemas de Lingüística Geral II*. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2006. p. 81-90.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

CARMO, Ed. B. do. *O tempo mítico e o tempo da psicanálise: regressão a um tempo que permite recuperar a origem do que somos hoje*. [s.n.t.]. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ea000624.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

CARVALHO, M. B. O. de. Ser conservador. *Revista Espaço Acadêmico*. Maringá, a. 5, n. 50, jul. 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/050/50ccarvalho.htm>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

COMRIE, B. *Aspect*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

DUBOIS, J. *et al.* Aspecto. In: DUBOIS, J. *et al.* *Dicionário de Linguística*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2014. p. 66-67.

FERREIRA, M. C. L. Análise do Discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. *Organon*, Porto Alegre, v. 24, n. 48, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/28636/17316>>. Acesso em: 12 set. 2015.

FILGUEIRAS, M. de P. Tempo e Espaço entre Pescadores da Praia da Concha, Vila Velha-ES. *Sociedade em Estudos*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 30-38, 2007.

FREUD, S. Rascunho M (1897). In: FREUD, S. *Obras psicológicas completas I: Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1899)*. Rio de Janeiro: Imago, 1974a. p. 188-191.

FREUD, S. *Obras psicológicas completas II: Estudos sobre a histeria (1893-1895)*. Rio de Janeiro: Imago, 1974b.

FREUD, S. *Obras psicológicas completas IV: A interpretação dos sonhos I (1900)*. Rio de Janeiro: Imago, 1974c.

FREUD, S. A interpretação dos sonhos II (1900). In: FREUD, S. *Obras psicológicas completas V: A interpretação dos sonhos II e Sobre os sonhos (1900-1901)*. Rio de Janeiro: Imago, 1974d. p. 1-191.

FREUD, S. Escritores criativos e devaneio (1908). In: FREUD, S. *Obras psicológicas completas IX: “Gradiva” de Jensen e outros trabalhos (1906-1908)*. Rio de Janeiro: Imago, 1974e. p. 78-87.

FREUD, S. O inconsciente (1915). In: FREUD, S. *Obras psicológicas completas XIV: A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)*. Rio de Janeiro: Imago, 1974f. p. 95-128.

FREUD, S. Os caminhos da formação dos sintomas (1917). In: FREUD, S. *Obras psicológicas completas XVI: Conferências introdutórias sobre psicanálise III (1916-1917)*. Rio de Janeiro: Imago, 1974g. p. 78-91.

FREUD, S. Além do princípio do prazer (1920). In: FREUD, S. *Obras psicológicas completas XVIII: Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1916-1917)*. Rio de Janeiro: Imago, 1974h. p. 3-42.

FREUD, S. A negativa (1925). In: FREUD, S. *Obras psicológicas completas XIX: O ego e o ID e outros trabalhos (1923-1925)*. Rio de Janeiro: Imago, 1974i. p. 139-143.

GREGOLIN, M. do R. V. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, R. L. (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. p. 155- 168.

- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'Énonciation: De la subjectivité dans le langage*. 4. ed. Paris: Armand Colin, 2009.
- LACAN, J. O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada (1945). In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998a. p. 197-213.
- LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (1953). In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998b. p. 238-324.
- LACAN, J. *O Seminário V: As formações do inconsciente (1957-1958)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- LACAN, J. *O Seminário XVII: O avesso da psicanálise (1969-1970)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- LACAN, J. *O Seminário XX: mais, ainda (1972-1973)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- LACAN, J. *O Seminário XXIII: o sinthoma (1975-1976)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 24. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- LETRAS.MUS.BR – Letras de músicas – playlists para ouvir. [s.n.t.]. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br>>. Acesso em: 1º nov. 2014.
- MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso*. (Re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.
- ELIADE, M. *Mitos, Sonhos e Mistérios*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.
- ORLANDI, E. P. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. *RUA: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade*, Campinas, v. 4, n. 1, p. 9-19, 1998.
- ORLANDI, E. P. O Sujeito Discursivo Contemporâneo: um exemplo. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2, 2005. *Anais do II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2007.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e parâmetros*. 9. ed. Campinas: Pontes, 2010.
- ORTIZ, R. Globalização, modernidade e cultura. *Revista Semear*, Rio de Janeiro, n. 6, 2002. Disponível em: <http://www.letras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/6Sem_09.html>. Acesso em: 14 dez. 2014.

PALAVRA CANTADA. *Antigamente*. [s.n.t.]. Disponível em: <<http://letras.mus.br/palavra-cantada/283405/>>. Acesso em: 1º nov. 2014.

PELLEGRINO, H. Pacto Edípico e Pacto Social. *Folhetim da Folha de S.Paulo*, São Paulo, 11 set. 1983.

PRATA, A. Hoje em dia e no meu tempo. *Revista Palavra*, Rio de Janeiro, a. 9, n. 2, p. 75, jul. 2011.

PÊCHEUX, M. A Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997a. p. 61-161.

PÊCHEUX, M. A análise do discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Unicamp, p. 311-318, 1997b.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas (SP): Unicamp, 1997c.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 6. ed. Campinas (SP): Pontes, 2010.

PÊCHEUX, M; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997. p. 163-252.

REIS, S. *Mágoa de Boiadeiro*. [s.n.t.]. Disponível em: <<http://letras.mus.br/sergio-reis/994369/>>. Acesso em: 1º nov. 2014.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

TEIXEIRA, M. *Análise de Discurso e Psicanálise*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

TFOUNI, L. V.; LAUREANO, M. M. M. Entre a Análise do Discurso e a Psicanálise, a Verdade do Sujeito – Análise de Narrativas Oraís. *Revista Investigações*, Recife, v. 18, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/INV/article/view/1485/1158>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

VARGAS, M. T. *Antigamente*. [s.n.t.]. Disponível em: <<http://letras.mus.br/mestre-toni-vargas/1354725/>>. Acesso em: 1º nov. 2014.

ZANETTI, C.; MENASCHE, R. Agricultores familiares, ontem e hoje: uma análise a partir da alimentação. In: CENTRO INTERDISCIPLINARIO DE ESTUDIOS AGRÁRIOS. *VI Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales*. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Económicas – Universidad de Buenos Aires, 2009.

Data de submissão: 22/08/2015. Data de aprovação: 17/05/2016.

